
Instituto Astikos da Amazônia
Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e Relatório dos Auditores Independentes

Índice

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	7
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Membros
Instituto Astikos da Amazônia
Humaitá, AM

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Astikos da Amazônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Astikos da Amazônia, em 31 de dezembro de 2019, o superávit de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Também das Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, homologados pelos órgãos reguladores.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

As demonstrações contábeis do Instituto Astikos da Amazônia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por nós tendo emitido parecer sem ressalva, datado de 29 de outubro de 2019.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto Astikos da Amazônia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Também das Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, homologados pelos órgãos reguladores e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituto Astikos da Amazônia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Regional são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, BA, 15 de março de 2023.

JPS Auditoria e Consultoria
CRC BA- 005951/O-7

Adelson Fábio Brito Amorim
Contador CRC-BA 030877/O-9
CNAI 3985

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
Caixa e bancos conta movimento	21.817	-
Aplicações de liquidez imediata	32.653	104.200
	<u>54.470</u>	<u>104.200</u>
CRÉDITOS - CONTRATO DE GESTÃO		
Contrato de gestão (Repasse)	1.468.173	1.316.305
Adiantamentos	-	4.500
	<u>1.468.173</u>	<u>1.320.805</u>
OUTROS CRÉDITOS		
Tributos recuperáveis	3.353	2.435
	<u>3.353</u>	<u>2.435</u>
Total do Circulante	<u>1.525.996</u>	<u>1.427.440</u>
NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens de uso	33.521	29.081
(-) Depreciação acumulada	(750)	(750)
	<u>32.771</u>	<u>28.331</u>
Total do não Circulante	<u>32.771</u>	<u>28.331</u>
Total do ATIVO	<u>1.558.768</u>	<u>1.455.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores de serviços	468.580	711.955
Obrigações Tributárias	-	98.136
Obrigações	150.690	178.033
	<u>619.269</u>	<u>988.123</u>
 Total do Circulante	 <u>619.269</u>	 <u>988.123</u>
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	467.648	222.117
Incorporação do patrimônio	9.258	-
Superávit/Déficit do exercício	462.592	245.531
	<u>939.498</u>	<u>467.648</u>
 Total do PASSIVO	 <u>1.558.768</u>	 <u>1.455.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Superávit ou Déficit Em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS		
RECEITAS DO CONTRATO DE GESTÃO		
Receitas das atividades de Apoio a Gestão	12.051.126,25	11.216.341,26
Receitas Financeiras	-	2.556,11
	<u>12.051.126,25</u>	<u>11.218.897,37</u>
TOTAL DE RECEITAS	<u>12.051.126,25</u>	<u>11.218.897,37</u>
CUSTOS DAS ATIVIDADES DE GESTÃO		
CLÍNICAS MÉDICAS E HOSPITALARES		
Atendimento Serviços Ambulatoriais	-	(4.331.857,62)
Atendimento Serviços Pediátricos	-	(434.355,22)
Atendimento Serviços Anestésicos	-	(860.847,10)
Atendimento Serviços Enfermaria	-	(1.045.242,72)
Atendimento Serviços Biomédicos	-	(293.056,59)
Atendimento Serviços Fisioterapia	-	(216.114,02)
Atendimento Serviços Odontológicos	-	(463.620,69)
Atendimento Serviços Farmacêuticos	-	(71.627,64)
Atendimento Serviços Social	-	(72.004,01)
Atendimento Serviços Nutricionista	-	(73.415,68)
Atendimento Serviços Psicólogo	-	(64.071,47)
Atendimento Serviços Educação	-	(59.035,90)
Atendimento Serviços Psiquiatria	-	(4.959,67)
Atendimento Serviços Fonoaudiologia	-	(57.904,46)
Custos de Apoio Administrativo	-	(1.649,21)
Custos de Apoio a Gestão de Saúde	(9.142.631,34)	(674.377,02)
	<u>(9.142.631,34)</u>	<u>(8.724.139,02)</u>
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(1.983.606,05)	(2.000.609,00)
Prestação de serviços	-	(96.854,36)
Despesas administrativas	(228.665,86)	(121.315,15)
Despesas com serviços especializados	(214.821,58)	-
Despesas tributárias	(131,00)	(16.624,89)
Despesas financeiras	(18.678,21)	(13.824,12)
	<u>(2.445.902,70)</u>	<u>(2.249.227,52)</u>
TOTAL DE DESPESAS	<u>(11.588.534,04)</u>	<u>(10.973.366,54)</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>462.592,21</u>	<u>245.530,83</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	Patrimônio social	Incorporação patrimônio	Superávit/Déficit do exercício	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	121.751	-	100.366	222.117
Incorporação do superávit ao patrimônio	100.366	-	(100.366)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	245.531	245.531
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	222.117	-	245.531	467.648
Incorporação do superávit ao patrimônio	245.531	-	(245.531)	-
Resultado acumulado - filial	-	9.258	-	9.258
Superávit do exercício	-	-	462.592	462.592
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	467.648	9.258	462.592	939.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa
Em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	462.592	245.531
Mais: Depreciação/Amortização do período	-	-
Mais: Doações de bens do ativo imobilizado	-	-
Mais: Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	9.258	-
	<u>471.850</u>	<u>245.531</u>
Variação de ativos e passivos		
Aumento das contas a receber	(148.286)	(249.042)
Aumento (Redução) das contas a pagar	<u>(368.854)</u>	<u>52.779</u>
	<u>(517.140)</u>	<u>(196.263)</u>
Caixa líquido consumido nas (gerado pelas) atividades operacionais	<u>(45.290)</u>	<u>49.268</u>
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do Imobilizado	(4.440)	(3.532)
Aquisição de bens do Imobilizado (terceiros)	-	-
Aquisição de direitos de uso do Intangível	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(4.440)</u>	<u>(3.532)</u>
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações de longo prazo	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
IV - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>(49.730)</u>	<u>45.736</u>
V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	104.200	58.464
Final do exercício	54.470	104.200
VI - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	<u>(49.730)</u>	<u>45.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

01. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Astikos da Amazônia é uma entidade civil sem finalidade lucrativa e qualificada como Organização Social (OS) nos termos da Lei de nº 9.637/1998. Foi fundado em 10/11/2015, tem sede à rua Rua Antero Riça, 1076 - Bairro São Pedro - Humaitá - Amazonas e está registrada no CNPJ. sob o nº 23.656.680/0001-00.

O Instituto tem objetivo/missão desenvolver ações com capacidade e excelência na área da saúde, cuidando e educando pessoas para criar uma sociedade mais justa, propiciando a maior parcela possível da população acesso aos serviços médico, de boa qualidade, guiada sempre pelo princípio da eficiência, realizando suas atividades com responsabilidades econômicas, social e ambiental.

Em fevereiro de 2016, o Instituto Astikos da Amazônia firmou contrato de Gestão (Nº 10/2016) com a Prefeitura de Humaitá para gerenciamento e execução das ações de serviços de saúde na rede municipal, em consonância com as políticas de saúde do SUS e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em Reais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Também foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, homologados pelos órgãos reguladores.

Formalidade da Escrituração Contábil Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

A Administração da Entidade definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por caixa e equivalentes de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatos ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

PROVISÕES

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

Provisões para riscos

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As receitas de serviços saúde são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos clientes. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução das atividades da entidade.

USO DE ESTIMATIVAS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e transações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados como: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda.

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Entidade compreende caixa e equivalentes de caixa.

DETERIORAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem

evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros mantidos pela Entidade, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; e (b) outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou de construção dos itens. O custo histórico também inclui os custos dos encargos sobre financiamentos tomados para a construção do imobilizado e são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

PATRIMÔNIO SOCIAL

Representado pelo patrimônio social do Instituto Astikos da Amazônia, acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas “a” a “e”, do § 2º, do artigo 12 da citada Lei.

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS E CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º,

do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97. No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não-incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

03. CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	R\$	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
▸ Bancos conta movimento	21.817	-
▸ Aplicações de liquidez imediata	32.653	104.200
	<u>54.470</u>	<u>104.200</u>

A administração adota uma política conservadora para o gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimentos de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria instituição e estão destacadas na demonstração do resultado.

04. IMOBILIZADO

	R\$			
	<u>31.12.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Valor residual</u>
✓ Máquinas e equipamentos	14.482,67	(360,00)	14.122,67	14.122,67
✓ Móveis e utensílios	16.839,77	(390,00)	16.449,77	14.122,67
✓ Equipamentos de informática	2.199,00		2.199,00	14.122,67
	<u>33.521,44</u>	<u>(750,00)</u>	<u>32.771,44</u>	<u>28.245,34</u>

05. OBRIGAÇÕES

Obrigações com prestadores de serviços

O montante de R\$ 468.579, refere-se a valores devidos a prestadores de serviços e não liquidados até 31/12/2019.

Obrigações tributárias

	R\$	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
▸ IRRF a recolher	5.537	5.918
▸ ISSQN a recolher	105.010	92.023
▸ CSLL/PIS/COFINS retidos	14.219	18.346
	<u>124.766</u>	<u>116.287</u>

Os valores de ISSQN refere-se a retenções na fonte cujo pagamentos foram provisionados para o exercício seguinte.

Obrigações sociais

	R\$	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
▸ Salários a pagar	101.954	120.513
▸ Previdência Social	37.431	39.192
▸ FGTS	8.891	12.915
	<u>148.276</u>	<u>172.620</u>

06. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Em 31/12/2019, o Instituto apurou um saldo resultado superavitário equivalente a R\$ 462.592,21

07. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos de mercado a que a Entidade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Entidade a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa. A Entidade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Entidade possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado na nota explicativa nº3, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

A Entidade não opera com derivativos.

08. SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Instituto Astikos da Amazônia mantinha cobertura de seguros contra riscos **apenas para voluntários**.

09. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras em 15 de março de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

*

*

*